

Bracher faz
nova...

por Paulo Sotero
de Washington

(Continuação da 1ª página)

ouvidos por este jornal procuraram desestimular a tese de que o colapso de Wall Street, que levou consigo as ações de todos os grandes bancos, tenha reforçado a posição de negociação do Brasil.

Um deles afirmou, contudo, que a "débâcle" do mercado "fará o governo dos EUA pensar duas vezes antes de reclassificar a dívida brasileira, pois, se eles fizerem isso, estarão colocando mais um elemento de incerteza no mercado. O problema, agora, é entre o governo do Brasil e o governo dos Estados Unidos", afirmou o banqueiro.

21 OUT 1987

GAZETA MERCANTIL

Bracher faz nova proposta a bancos

GAZETA MERCANTIL

21 OUT 1987

por Paulo Sotero
de Washington

Sem terem até agora conseguido alcançar progressos significativos, os representantes do governo brasileiro e dos bancos credores que estão negociando desde a sexta-feira passada em Nova York exploraram nos últimos dois dias a hipótese de realizar um acordo por etapas que levaria a uma suspensão gradual da moratória sobre os pagamentos da dívida externa brasileira.

A idéia, apresentada pelo chefe da delegação brasileira, Fernando Bracher, envolveria, aparentemente, um pagamento ainda nesta semana, pelo Brasil, de aproximadamente um terço dos juros não pagos em fevereiro, março e abril, ou cerca de US\$ 700 milhões.

Isso colocaria o atraso brasileiro no pagamento da dívida externa abaixo da marca dos 180 dias e bastaria para evitar a reclassificação para "value impaired" do crédito do país pelas autoridades bancárias

dos Estados Unidos, na próxima segunda-feira.

Em contrapartida, os bancos concordariam em renegociar os vencimentos da dívida de 1986, 1987 e 1988. No acordo ficaria estipulado que, no momento em que se chegasse a um entendimento, o Brasil faria mais um pagamento de juros, mais substancial do que o segundo.

Um terceiro pagamento poderia ser realizado no momento em que a percentagem de adesões ao acordo atingisse um determinado patamar. A moratória seria finalmente suspensa no momento da assinatura do acordo. O Brasil está pedindo também aos bancos que alterem a "cláusula de partilha", prevista nos acordos anteriores, a fim de desimpedir o caminho para introduzir instrumentos de securitização da dívida, segundo o menu de opções que já ofereceu aos banqueiros.

Fontes financeiras disseram ontem a este jornal que uma oferta nessa linha foi apresentada, mas ime-

diatamente rejeitada pelos credores. "Os bancos só aceitam conversar depois que o Brasil pagar os juros em atraso."

Fontes oficiais brasileiras indicaram, contudo, que a porta para um entendimento nessas bases não foi totalmente fechada, acrescentando que o Departamento do Tesouro e o Federal Reserve, através do Federal Reserve Bank de Nova York, estavam conversando com o governo brasileiro e com os bancos a respeito dessa proposta ou de alguma variação em torno dela. A concentração das atenções em Wall Street, ontem, teria, contudo, de acordo com uma fonte brasileira, afetado negativamente as comunicações através deste canal.

O fato de as negociações não terem sido suspensas sugere que a proposta brasileira não foi totalmente rejeitada e que ainda se busca um entendimento. Banqueiros

(Continua na página 15)